

2014

Observatório
Internacional da
Democracia
Participativa

OIDP



**[O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES
NA PARTICIPAÇÃO CÍVICA :]**

I Introdução:

O Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) é uma rede de mais de 600 cidades do mundo, entidades, organizações e centros de investigação que querem conhecer, fazer intercâmbio e aplicar experiências sobre democracia participativa no âmbito local para aprofundar a democracia no governo das cidades.

Os grupos de trabalho são uma das ferramentas para intercâmbio de experiências e geração de conteúdos de interesse para os nossos membros e de forma aberta para a sociedade civil e governos do mundo.

O Município de Barcelona, que alberga a Secretaria Técnica do Observatório Internacional da Democracia Participativa, propôs, durante a sessão interna da XIII Conferência do OIDP em Cascais (3 de julho de 2013), organizar um grupo de trabalho sobre o papel das associações na participação cívica.

Barcelona é uma cidade onde as associações exerceram um papel de destaque no passado e continuam a desempenhar um papel muito importante na mobilização dos seus cidadãos para assuntos culturais, políticos e sociais. Este rico tecido associativo é um traço distintivo da cidade, mas implica um modelo diferente de governação que está sempre em evolução. Por esta razão, este grupo de trabalho foi liderado pelo Município de Barcelona com o fim de partilhar, estudar e analisar o papel desempenhado pela cidadania organizada nas cidades e a sua relação com os governos locais.

Há também que assinalar que durante este ano de 2014 a cidade de Barcelona é a [Capital Europeia do Voluntariado](#), e, neste contexto, realiza toda uma série de actividades de promoção e defesa da tarefa dos voluntários nos seus diversos âmbitos.

Conscientes de que a realidade económica, social, política e cultural é muito diferente pelo mundo, o conceito de associação que analisamos foi isso mesmo num sentido amplo, ou seja, compreendendo qualquer organização de cidadãos sem fins lucrativos e com diversos fins sociais, culturais, locais ou políticos. Esta grande diversidade dos membros do OIDP pode dificultar o debate e a elaboração de conclusões únicas, mas sem dúvida proporciona mais valor e uma maior perspectiva às mesmas. O objectivo deste grupo de trabalho é o de aperfeiçoar os conhecimentos sobre o papel das associações na participação dos cidadãos nos governos locais, quer a partir de experiências concretas, quer a partir de reflexões teóricas, com o fim de poder aplicar este saber nas nossas respectivas cidades ou regiões.

II. Composição do Grupo de Trabalho:

A seguir nomeamos os membros do OIDP (governos locais, centros de investigação e associações civis) que se inscreveram para participar no grupo de trabalho. Há que assinalar que nem todos os participantes tiveram o mesmo grau de implicação e participação, o que pode ser comprovado no momento da leitura dos contributos dos mesmos, nos anexos deste documento.

AfroLeadership – Yaoundé (Camarões)

Ajuntament de Barcelona – Catalunya (Espanha)

Ajuntament de Cardedeu – Catalunya (Espanha)

Ajuntament de Molins de Rei – Catalunya (Espanha)

Ajuntament de Rubí – Catalunya (Espanha)

Ajuntament de Sant Cugat - Catalunya (Espanha)

Ajuntament de Vic - Catalunya (Espanha)

Ajuntament El Masnou - Catalunya (Espanha)

Alternatives Durables pour le Développement (ADD) – Mbalmayo (Camarões)

Asociación Educativa Hispanoamericana –Lima (Peru)

Associação In Loco - São Brás de Alportel (Portugal)

Association jeunesse de Segangan – Nadir (Marrocos)

Ayuntamiento de Alcorcón – Comunidad de Madrid (Espanha)

Ayuntamiento de Mairena del Aljarafe – Andaluzia (Espanha)

Ayuntamiento de Vitoria-Gasteiz – Euskadi (Espanha)

Beit Sahour Municipality (Autoridade Nacional Palestina)

Cidade Democrática - São Paulo (Brasil)

Commission Démocratie, cohésion sociale et enjeux mondiaux /Conférence des OING du Conseil de l'Europe – Estrasburgo (França)

Conselho Municipal de Matola (Moçambique)

Demà (Departament d'Estudis dels Medis Actuals) – Catalunya (Espanha)

Depto. Psicología y Sociología Universidad Zaragoza – Aragón (Espanha)

Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali – Bolonha (Itália)

Diputació de Barcelona – Catalunya (Espanha)

Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidade do Chile

Fundación Solidaridad – Santiago de los Caballeros (República Dominicana)

Fundacja Inicjatyw Społeczno-Ekonomicznych – Varsóvia (Polónia)

Governo de Miraflores – Lima (Peru)

GPPC Grupo Promotor de Participación Ciudadana – Córdoba (Argentina)

ICNIC-T: International Center and Network on Crime Prevention – Dar es Salaam (Tanzânia)

Ilustre Municipalidad de la Serena (Chile)

IMPRES-Association – Bucarest (Roménia)

Instituto Cultiva – Belo Horizonte (Brasil)

Instituto de Investigaciones Sociales- Universidad Nacional Autónoma de México (México)

Laboratorio: Hábitat, Participación y Genero LAHAS – México DF (México)

Mairie de Koungheul (Senegal)

ONG ATED – Nouakchott (Mauritânia)

ONG SOS Developpement Arlit /Synergie – Arlit (Nigéria)

Réseau d'Education Civique au Congo RECIC – Kinshasa (República Democrática do Congo)

Davao City (Filipinas)

Togo Democracy Watch – Lomé (Togo)

Universidad Nacional de Rosario (Argentina)

III. Metodologia:

Convocatória dos membros:

No início de novembro de 2013 enviou-se uma convocatória a todos os sócios do OIDP, explicando o tema e os objectivos do grupo de trabalho, assim como uma breve descrição da metodologia esperada. O número de respostas foi superior ao esperado, mais de 40 membros puseram-se em contacto nas semanas seguintes para se inscreverem no grupo ou, pelo menos, para pedir informação. Formalmente foram inscritos 40 sócios no grupo de trabalho (ver alínea anterior).

Depois de os membros terem respondido ao correio electrónico, confirmando a sua vontade em participar no grupo de trabalho, foi-lhes novamente enviada uma mensagem com uma ficha em anexo, pedindo-lhes que a devolvessem completamente preenchida. Nesta curta ficha pediam-se alguns detalhes sobre o movimento associativo nas suas cidades, informação sobre o seu interesse específico no tema e outras questões relativas ao método de trabalho, tais como os idiomas de leitura ou a periodicidade com que queriam receber e-mails. Nesta ocasião houve muito menos respostas, em concreto apenas se receberam 8 questionários.

Abertura do fórum de debate na intranet:

Uma vez fechada a composição do grupo, e estabelecido o primeiro contacto com os membros, criou-se um espaço privado na página Web do OIDP para que os membros do grupo pudessem partilhar as suas experiências e reflectir sobre estes temas.

Numa primeira fase abriram-se quatro secções de debate:

- Como se podem fortalecer as associações a partir dos governos locais?
- Em que medida as associações, através da participação cívica, melhoram os governos locais?
- Casos de estudo
- Dúvidas de Funcionamento

A resposta por parte dos membros foi bastante pobre, em alguns casos pela perda dos dados de acesso à intranet, ou outros aspectos práticos. Rapidamente percebemos que o sistema não era o mais ágil para os participantes e coincidindo com o regresso das férias de inverno, decidiu-se apostar por um modelo de funcionamento mais básico.

Cadeias de respostas via e-mail:

O novo modelo consistia apenas no envio de uma curta pergunta ou tema para que os membros do grupo fossem respondendo nos e-mails que recebiam todos os membros do grupo. A pergunta apresentava-se nos idiomas espanhol, inglês, francês e português, e os membros iam respondendo em qualquer destes idiomas. Ao finalizar as respostas enviava-se uma tradução de todos os comentários, a pedido de alguns membros.

Estes foram os temas iniciados:

- ***Acreditam que as associações cívicas nas vossas cidades têm legitimidade para representar os cidadãos no seu conjunto? (breve justificação por favor) Ou seja, dizer se vos consideram intermediários dos cidadãos e porquê.***

No total houve 24 emails com comentários, incluindo documentos anexos, resultados de inquéritos locais e outros conteúdos de grande interesse.

- ***Que canais de relação existem entre as associações e os governos locais?***

Canais: formais (conselhos consultivos, reuniões regulares, instituições específicas....) informais (relação entre políticos e líderes associativos, reuniões ocasionais...

E tentar indicar quais são as vantagens e inconvenientes de cada modelo.

Neste caso houve 4 emails de resposta.

- ***Como podem ajudar os governos locais as associações para fortalecê-las?***

Exemplos: financiamento, formação, cedência de espaço, reconhecimento legal e formal

Para esta questão tivemos 7 emails com comentários dos membros do grupo.

- ***As associações cívicas nas nossas cidades são inclusivas ou reproduzem as dinâmicas de poder / participação?***

Ou seja, as associações conseguem que as pessoas participem, sobretudo as que normalmente participam menos (minorias étnicas, religiosas, imigrantes, inválidos, pessoas com baixos salários e/ou nível de estudos, menor participação por idade ou sexo). Se o conseguem, em que casos, porquê?

Ou, pelo contrário, as associações são apenas de grupos bem organizados com formação, e dentro das associações reproduzem-se dinâmicas de exclusão.

Nesta questão apenas houve um email de resposta.

Este sistema apresentava a vantagem de usar uma ferramenta muito utilizada, e não requer um esforço adicional, as pessoas entram no seu email e lêem estas mensagens, não necessitam de entrar numa intranet com uma palavra passe. Por outro lado, é certo que tantos emails recebidos podem gerar saturação, algumas pessoas demoram semanas a responder, e existe sempre a limitação de compreensão pela diversidade linguística.

XX Fórum primavera das Associações de Barcelona: sessão presencial do grupo de trabalho

Aproveitando a existência deste grupo, o OIDP colaborou na organização do XX Fórum Primavera das Associações que se organiza em Barcelona, promovido pelo Conselho Municipal de Associações de Barcelona e organizado por Torre Jussana – Centro de Serviços para as Associações de Barcelona. Nesta edição celebrada nos dias 8, 9 e 10 de maio, os conteúdos foram coincidentes com os deste grupo de trabalho para poder aproveitar os conteúdos. Este Fórum contou com uma sessão teórica a cargo dos professores *Gerry Stoker* da Southampton University e de *Joan Font* do CSIC, uma sessão de apresentação do OIDP a cargo do Comité de Participação Cívica e Associativismo do Município Carles Agustí, um debate sobre o papel do voluntariado e duas sessões de apresentações de experiências locais e associativas.

Cinco cidades apresentaram as suas experiências com o mundo associativo: Málaga, San Sebastian, Madrid, Sant Boi e Rennes. Sendo as quatro primeiras membros do OIDP.



As sessões do fórum primavera foram transmitidas por *streaming*, e realizou-se uma transmissão via redes sociais, especialmente no Twitter. Encarregou-se a [Fundación Pere Tarrés](#) de realizar um relatório das jornadas com as conclusões finais para serem incorporadas neste documento.

IV. Principais ideias:

A seguir apresentamos as principais ideias surgidas do debate entre os membros do grupo de trabalho. Nos anexos poderão encontrar os comentários completos.

1) Sobre a legitimidade das associações como agente de representação política e social dos cidadãos.

Em geral considera-se que as entidades são bons porta-vozes da sociedade mas alerta-se para práticas que lhes retiram legitimidade no momento de falar em nome dos cidadãos.

Detectam-se importantes diferenças entre países. Há países como a Roménia com pouco desenvolvimento associativo, e outros, com longa tradição democrática, que têm muita tradição associativa e que criaram muitos espaços estáveis de concertação com a administração pública. Noutros países podem ser um bom contrapeso para os governos e parece claro que quanto menos legítimo for o Estado para a sociedade, mais legítimas são as associações. Em alguns países africanos as associações têm mais legitimidade que os governos, com problemas de corrupção.

No momento de avaliar que grau de legitimidade têm, por vezes parece que as entidades são eficazes ao representar grupos muito concretos, mas custa-lhes mais ser isso, representando toda a população ou grupos maiores. Muitas associações tornam-se activas através de temas muito concretos, e têm êxito em ocasiões pontuais. Nestes momentos principais, uma parte dos cidadãos sente-se representada pelas associações, muito embora não lhes dê "carta branca" de forma indefinida.

Apesar da distância sentida pelas populações em relação às entidades, em geral avaliam-se melhor que as instituições, apesar de que podem estar mais bem avaliados os movimentos sociais do que as associações tradicionais.

Detectam-se realidades e más práticas que aparecem amiúde, e que não favorecem o apoio dos cidadãos às associações, e fazem com que a sua legitimação baixe, como por exemplo:

- Dependência excessiva das subvenções públicas e não são independentes o quanto baste dos governos...
- Relação de clientelismo com os partidos políticos, carecendo de independência.
- Excesso de tráfico de influências e defesa de interesses particulares (E eu?)
- Falta de transparência e falta de definição da visão e missão das organizações.

Em relação à concertação e aos conselhos consultivos, em alguns países funcionam bem porque podem vetar temas, mas em geral considera-se que custa muito que as pessoas participem, e ter-se-ia que repensar o seu funcionamento.

2) Que canais de relação existem entre as associações e os governos locais?

Ou seja, que canais: formais (conselhos consultivos, reuniões regulares, instituições específicas...) e informais (relação entre políticos e líderes associativos, reuniões ocasionais...)

existem para relacionar associações e governos locais. E comentar quais são as vantagens e inconvenientes de cada modelo.

Detectam-se tanto os canais formais como os informais. Em alguns países africanos parece que predominam os informais em dois âmbitos: o social (protecção do meio ambiente, micro-créditos, vacinação...) e o político (orçamentos participativos, fomento da participação de jovens e mulheres). Mas a relação é sempre mais fácil no âmbito social que no político. Outros canais citados são os conselhos consultivos e as reuniões semanais com vizinhos e instituições públicas ou privadas.

Assinalámos as principais vantagens e desvantagens que se citaram ao falar dos canais de relação entre governo local e associações:

Vantagens:

- Permite que as associações tenham mais experiência e impacto;
- Conhecer as necessidades da população desde diferentes perspectivas e permite receber iniciativas inovadoras;
- Ajuda a elaborar estratégias que permitam resolver problemas;
- Em relação aos canais informais, a relação pessoal entre governantes e líderes de ONGs são às vezes mais eficazes que os formais porque simplificam as relações e podem romper barreiras de comunicação;
- Os presidentes de municípios que promovem processos de participação cívica podem receber mais apoio por parte dos cidadãos.

Desvantagens:

- A interlocução apenas serve amiúde para dar atenção a problemas que somente afectam um grupo;
- Em casos de tomada de decisões de maneira concertada, nalgumas das vezes as decisões já tinham sido tomadas antecipadamente. Por exemplo, em casos em que têm de ser tomadas decisões em políticas laborais, o governo obrigatoriamente tem de ouvir as associações e os sindicatos, mas normalmente as decisões já foram tomadas e, portanto, acontece uma má prática: o conhecido sistema DAD (Decide-Announce-Defend);
- Por vezes podemos encontrar nos canais informais carência de legitimação, carência de transparência e a suspeita de corrupção;
- A colaboração com as entidades, para as administrações, dependerá amiúde, e penosamente, da cor política dos beneficiários dos projectos;
- A desigualdade da relação, tendo em conta que as associações têm os recursos muito limitados.

3) Como podem ser ajudadas as associações pelos governos locais, com o fim de as fortalecer?

Na resposta a esta pergunta há a concordância geral que os governos locais têm que apoiar as associações e que têm que promover o seu fortalecimento. Dá-se ênfase ao facto de que é fundamental

fortalecer o associativismo para que cresça a sua legitimidade.

Dos diferentes campos onde se pode fazer este fortalecimento sobressaem o reconhecimento legal e a orientação na sua formalização. Outros aspectos são:

- Dar-lhes poder para assumirem a responsabilidade do desenvolvimento da cidade, ou seja, capacitação;
- Facilitar a liberdade de expressão, reconhecer os direitos humanos e garantir um ambiente de democracia participativa;
- Reconhecer as entidades como interlocutores;
- Facilitar espaços de encontro às entidades.

Surge a dúvida sobre se as autoridades locais irão ajudar financeiramente as associações, uma vez que pode haver conflitos entre o conjunto das associações e a sua dependência com o governo local. Além disso, em muitos países em desenvolvimento, os governos locais têm recursos limitados e a ajuda económica não é possível.

4) São as associações das nossas cidades inclusivas ou reproduzem as dinâmicas de poder/participação existentes?

Ou seja, conseguem as associações motivar a participação daquelas pessoas que participam menos (minorias étnicas, religiosas, imigrantes, incapacitados, pessoas com baixos rendimentos e/ou nível de estudos, menor participação por via da idade ou género). Se o conseguem, em que casos, porquê?

Ou, pelo contrário, as associações são apenas de grupos bem organizados com formação, e dentro das associações reproduzem-se essas dinâmicas.

O debate sobre este tema não encontrou uma grande resposta por parte dos participantes, mas queremos reflectir que as associações e a participação cívica devem ser um factor de eclosão para gerar capital social e relações entre os cidadãos, e portanto uma oportunidade para as pessoas com menos recursos e que não são com frequência cidadãos activos na política ou actividade social.

V. Fórum Primavera das Associações:

O XX Fórum Primavera das Associações pode ser definido como jornadas de encontro, reflexão e debate sobre o papel das associações nas cidades. Vamos partilhar a seguir algumas das principais ideias que surgiram e foram recolhidas no relatório elaborado pela *Fundación Pere Tarrés*:

Durante os três dias do Fórum Primavera das Associações ouvimos investigadores, representantes das administrações públicas e dirigentes associativos. As conclusões que apresentamos a seguir são o fruto do cruzamento de informação das opiniões dos diferentes oradores com as opiniões trazidas pelos assistentes que tiveram oportunidade de participar nos debates posteriores às mesas redondas e conferências.

Constatamos coisas que já sabíamos, mas que gostamos de sublinhar, como por exemplo...

- **O associativismo é positivo para a sociedade** porque constrói pontes entre as instituições e a cidadania, porque agrega vontades, porque expressa pontos de interesse pela vida colectiva e, portanto, faz emergir mais valores pelas ruas.
- **A educação é, em todos os níveis, a chave para a participação.** É-o especialmente para os que não têm expectativas de ter uma participação associativa e também geral. A razão pela qual muita gente não participa em democracia é, precisamente, por que se considera incompetente.
- A tendência de participação cívica mais habitual é a de potenciar um modelo que **combine a democracia representativa** com o conjunto de elementos de **democracia directa**.
- **Mais além dos âmbitos de actuação**, podemos classificar as **entidades** em função do grau com que se dedicam às actividades de lazer, à prestação de serviços, à reivindicação, ou que combinam os três aspectos. Há uma grande diversidade de entidades e há que saber tratá-las de forma diferenciada.
- As coisas podem mudar, temos vontade de ir para a frente, e a melhor maneira é fazer com que as pessoas e grupos se relacionem para mudá-las. O que nos move são as relações, não o podemos fazer sozinhos, **temos que trabalhar juntos, associações e administração**, com objectivos comuns.
- **A qualidade do espaço público e do clima** que se gera são muito importantes. Com uma boa qualidade do espaço público os conflitos, que sempre existem e existirão, evoluem para um debate razoável e não para um choque de comboios. A qualidade do espaço público melhora quando há organização espontânea do associativismo, quando há bons serviços públicos, quando há percepção de confiança e quando os políticos exercem de maneira qualitativa a sua função.



Estamos conscientes de que as formas de viver e entender a política no Séc. XXI estão a mudar:

- Está a aparecer um novo modelo de **revolução digital** que está a acelerar processos em poucos anos, que de outra forma teriam tardado mais em chegar. Aumenta a participação online que se combina com a participação presencial.
- Os compromissos individuais são mais irregulares e há mudanças constantes de interesses e temáticas por parte dos cidadãos.
- Aumenta a necessidade de se solucionarem directamente os próprias questões e dá-se mais ênfase à forma como se aplicam as normas, mais que na sua aprovação.
- Cresce a necessidade de os cidadãos serem **ouvidos** de verdade e que se justifique e se explique o motivo das decisões tomadas pelas administrações.
- Os **movimentos sociais** estão a aparecer como um agente com um novo protagonismo na participação social. Estes interagem com o associativismo para que, mais consistentemente, não se distingam como realidades diferentes.



- Está a crescer a **desconfiança na política e pelos políticos**, acentuada num contexto de crise da política, dos partidos políticos e da democracia representativa em geral.

Gerry Stocker e Joan Font, moderados pelo jornalista Xavier Grasset

Durante as jornadas, investigadores, administrações e associações explicaram-nos o que fazem e o que podemos ver...

- Estudos que constataam que uma boa **cooperação entre instituições e associações são a base de uma democracia plena**. Para além disso, os modelos explicam-nos cada vez melhor em que casos se produzem situações de colaboração mais bem sucedidas, e que fazem com que os municípios e cidades estejam mais coesos.
- **Exemplos de sucesso de participação cívica liderados de maneira diferente**. Alguns encabeçados por associações formais e outros por organizações mais informais. Outros liderados pelas administrações e também alguns com lideranças partilhadas entre administrações, entidades e cidadãos.
- Modelos de políticas públicas onde **confluem a promoção da participação cívica, a promoção do voluntariado e o fortalecimento do associativismo**. Algumas políticas públicas acentuam-se mais num aspecto ou na combinação de dois deles. De facto, trata-se de espaços limítrofes que se podem

combinar e assim o pudemos comprovar em várias experiências municipais.

- Que tendo em conta as diferentes maneiras que têm as administrações de tratar as entidades e a natureza destas, existem na prática diferentes modelos de relação entre entidades/administração que variam de cidade para cidade.
- Exemplos de entidades que, apesar de se dedicarem prioritariamente às actividades de lazer, à cultura ou a festividade, trabalham valores com os seus membros e se reinventam todos os dias, criando **modelos comunitários inovadores**.
- Algumas experiências de participação cívica chegam a ser muito bem sucedidas, uma vez que conseguem combinar-se de maneira colaborativa com outros âmbitos, como por exemplo o dos empreendedores sociais, a arquitectura, as artes ou a sustentabilidade.
- As relações que tanto defendemos entre administração, associações e cidadania resultam, na prática, conflituosas e geradoras de tensão, com alguma frequência. O que também sucede de forma quotidiana nos processos participativos em todos os âmbitos.

Verificamos a existência de elementos que dificultam a participação, como...

- Os governos e as administrações nem sempre fazem suficiente esforço para ouvir e responder aos cidadãos de uma maneira honesta. Por vezes as propostas e assuntos trazidos à discussão não se debatem, mas sim apenas se "afloram".
- Há a sensação por vezes frequente que as regras do jogo dos processos participativos não são respeitadas por parte da esfera política, factor que cria apatia, frustração e desmotiva a participação cívica e das entidades.
- A relação personalizada com as entidades acarreta riscos, como por exemplo o de acabar numa relação de clientelismo. As associações nunca deverão ser meros mecanismos tendo como fim a consecução de benefícios para a própria organização ou para os seus membros. Para evitar clientelismos, a administração não pode designar interlocutores, e as associações têm de ter consciência de que se forem meros instrumentos de clientelismo estarão a ir contra o interesse geral.



Há outros elementos que beneficiam a participação e que haverá que continuar a potenciar. É recomendável:

- **Que se conheçam bem as regras dos processos participativos e da relação associativismo-administração e cumpra-las sempre.** É importante haver boas regras de jogo e respeitá-las. Se não estiverem bem definidas, estar-se-á a dar vantagem comparativa aos que ultrapassam as regras. Não deverá cair-se no erro da regulamentação excessiva, mas sim será necessário estabelecer regras que se façam cumprir e bons especialistas e dinamizadores.
- **Explicar os erros e as dificuldades criadas por todos processos de participação e de interlocução.** Dever-se-á partilhar a informação sobre todos eles. Aprende-se mais com as más práticas do que com as boas práticas!
- Que a administração conheça melhor **a grande variedade de tipos de associação** que existem e que não pretenda tratá-las a todas por igual; em muitos casos haverá que singularizar as relações com as entidades, uma vez que estas expressam realidades muito concretas.
- Que os **governos apostem claramente na transparência**, que a administração não tenha receio de mostrar coragem, informando os cidadãos de todos os dados. Se o trabalho se faz como é devido, deverá ser possível ensinar tudo.

- Apostar na **imaginação e na inovação**. Não ter receio do conflito e explorar todas as ferramentas de participação possíveis.
- Que se trabalhe para conseguir uma **boa qualidade do espaço público e um bom clima de convivência**, que é o resultado de um comportamento de pessoas que participam nesse espaço, facilitando a comunicação, procurando o compromisso das pessoas e fortalecendo a confiança.



Carles Agustí realiza uma apresentação sobre o ODP

Mas demo-nos conta de que para melhorar ainda temos pendentes alguns reptos importantes como...

- **Estudar bem as novas formas de participação** e organização que tem a sociedade hoje em dia. A sociedade muda muito rapidamente e temos que estar atentos às mudanças que acontecem diante de nós. Não podemos dar por adquirido que somos conhecedores da forma como se participa agora porque hoje em dia as mudanças são muitas e muito céleres.
- **A avaliação e os indicadores** para analisar os resultados. Deveremos dispor de indicadores de convivência e coesão social, além dos que começamos a usar quando se mede o impacto concreto dos diferentes processos participativos.
- **A forma de gerir os conflitos** que habitualmente ocorrem entre administrações e entidades.



E não podemos acabar sem expressar que há muitas questões que geram dúvidas e debates entre nós...

- Estamos realmente a adaptar os sistemas de participação a esta nova maneira de fazer política?
- Deverá evitar-se copiar modelos de êxito, já que essa cópia nunca superará o original? E será mais indicado inovar sempre?
- Como podemos conseguir uma maior resposta e explicações por parte das administrações às propostas que advêm dos processos participativos?
- Como podem as associações ser dotadas de maior legitimidade nos processos participativos?
- Quais são os âmbitos de decisão onde tem de haver co-participação e que têm que ser vinculativos?
- Sabemos gerir bem os conflitos do dia a dia com a defesa dos valores positivos criados pela participação cívica?
- Aproveitamos o suficiente a insatisfação permanente que existe para dar um passo em frente, criando novos desafios para melhorar a qualidade da democracia?

- Como se pode encontrar a complementaridade entre os mecanismos de participação existentes e os novos âmbitos que procuram uma democracia mais participativa?
- Deveríamos planejar mudanças mais radicais e perguntar-nos quem tem realmente o poder e como dar poder?
- É possível criar modelos alternativos aos dois existentes, os de democracia directa e democracia representativa?
- Tem sentido uma contraposição entre movimentos sociais e associações (talvez mais preocupadas com a sua sustentabilidade do que com a sua incidência política) ou estamos a falar de uma mesma realidade com diferentes formas de expressão?
- As associações sabem como relacionar-se com a cidadania não organizada?
- Como encontramos o equilíbrio entre regulamentação e flexibilidade no momento de lidar com as associações a partir das administrações?





E acabamos com um par de recomendações práticas que nos podem ser úteis...

- Modelo CLEAR para avaliar de maneira qualitativa a participação que tem uma cidade. É um modelo que nos explica o professor Stoker e que outros participantes avalizaram com as suas experiências.

http://sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/gove_01_-_perito_-_gerry_stoker_-_paper.pdf

- Vários participantes citaram a economista Elinor Ostrom e as suas teorias sobre a gestão do bem comum que nos podem inspirar no momento de encarar novas ideias sobre a relação entre a cidadania e a gestão do bem comum.

VI. Conclusões:

O objectivo deste grupo de trabalho era o de partilhar experiências, reflexões e opiniões sobre o papel das associações na participação cívica a nível local. Assumindo as grandes diferenças de contextos sociais, culturais, económicos e políticos nos diferentes países, podemos chegar a uma série de conclusões.

A cidadania organizada em associações é mais eficaz na sua incidência política que a cidadania não associada. Deste modo, as associações podem apresentar-se como um agente na governação das cidades, deixando claro quais são os seus campos de actuação, e com as necessárias doses de transparência e democracia interna.

As associações podem ser, além disso, uma escola de cidadania e um factor gerador de capital social, ajudando a criar relações de confiança entre os cidadãos, um factor de estabilidade e crescimento democráticos.

Apesar destes aspectos claramente positivos das associações, não deverão ser menosprezadas as suas limitações no momento de representar a cidadania e actuar como agentes legítimos. O contexto e a credibilidade de cada associação serão as condicionantes.

Por todos estes motivos, os governos locais devem reconhecer o papel das associações, fomentar a sua criação através de um reconhecimento legal e político, ajudas na formação ou outras, com a inevitável tensão pelo perigo de clientelismo e utilização das associações como instrumentos políticos. O desafio das associações e governos locais é o de procurar canais de entendimento e trabalho colaborativo, mantendo as suas respectivas esferas de independência.